

**MANIFESTO DOS INSPETORES DE ENSINO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO AO
MAGISTÉRIO E À SOCIEDADE FLUMINENSES¹**

**MANIFIESTO DE LOS INSPECTORES ESCOLARES DEL ESTADO DE RÍO DE JANEIRO
AL MAGISTERIO Y LA SOCIEDAD FLUMINENSE**

**TEACHING INSPECTORS' MANIFEST OF RIO DE JANEIRO STATE TO THE
MAGISTERIUM AND FLUMINENSE SOCIETY**

Moisés Xavier de Araújo²
 Fabio Crissiuma de Oliveira Figueiredo³
 Oscar Edwaldo Portocarreiro⁴
 Waldemar Dias Paixão⁵
 Abelardo Coimbra Bueno⁶
 Francisco Mendes de Oliveira Castro⁷
 Jorge Barata⁸
 Milton Paranhos Fontenelle⁹
 Paschoal Lemme¹⁰
 Paulo Celso de Almeida Moutinho¹¹
 Pedro Gouvêa Filho¹²
 Roberto Pessôa¹³
 Valério Regis Konder¹⁴

Decorrido que é o primeiro ano de nossa atividade como Inspetores de Ensino do Estado do Rio de Janeiro, para a qual Ingressamos através de concurso, na administração Celso Kelly, e ao iniciar-se o período escolar de 1934, julgamos de oportunidade o nosso pronunciamento de público, em face dos fatos concretos que exprimem o ambiente educacional fluminense.

Se assim fazemos, obedecemos também a um fim educativo: o que vai escrito se oferece ao magistério do Estado e a todos que, de alguma forma, procuraram interessar-se pelo nosso trabalho, como um documento afirmativo dos conceitos esparsos que nos foi dado defender durante esse ano, ao sabor do próprio desenvolvimento de nossa atividade.

Sob muitos aspectos, nossa palavra aqui deve ser considerada como uma resposta às críticas que, no âmbito das idéias, suscitamos, porque naturalmente deveríamos suscitar. A ninguém escapa que em uma campanha da natureza da que encetamos, pregando uma reforma de ideais, deva haver, necessariamente, do outro lado, todo um mundo de reacionários, que são por si mesmos a mais evidente justificativa da própria pregação. O que se contém nesse nosso gesto é dirigido, pois, a aliados e contrários, nesses últimos se compreendendo a ponderável massa amorfa dos que ainda se conservam indiferentes, por ser, além de tudo o mais, uma definição consciente de convicções frente à hora social em que vivemos.

A compreensão exata dos fatos de matéria educacional que visamos objetiva no Estado do Rio e daquilo que os antecede no tempo e, logicamente, deles participa, não pode ser desligada da história da educação no Brasil. Para nos situarmos, portanto, em relação ao caso particular, façamos a resenha histórica do caso geral onde ele se contém. Não, porém, história literária, mas, tal como deve ser, história feita à luz da realidade social, isto é, a fórmula e as contingências em que se exprime a vida econômica de um povo, base indissociável sobre a qual se funda o arcabouço político e jurídico da sociedade. Dentro pois desse fundamento, a análise histórica do panorama educacional fluminense será tão concludente quanto a do ambiente nacional brasileiro, que se define pela frase de Afrânio Peixoto, referindo-se à educação no Brasil nesses últimos tempos: "Há um século discute-se, não se decide."

No seu ensaio sobre o "ensino primário no Brasil em cem anos", depois de passar em revista o que tem sido preocupação do poder público pela educação, conclui Afrânio Peixoto, desoladoramente, em 1926, no centenário da instituição do poder legislativo da Nação, que num século de regime constitucional, efetivamente, apenas se discutiu muito, nada porém se decidiu. Em sua História da Educação, recentemente publicada, nenhuma retificação tem que fazer àquele dobre de finados da democracia liberal: "nada ... nada se fez pela educação popular", reafirmando "estes cento e tantos anos de independência, sobre o problema vital da democracia e da nacionalidade no Brasil, em três regimes – colonial, monárquico, republicano – fecha-se com uma realidade incontestável: um zero... nada, nada se fez, efetivamente".

Infelizmente, o grande publicista, usando sempre o estilo narrativo, deixa-nos suspensos em sua palavra brilhante, à flor dos problemas. fechados no círculo vicioso de que - somos assim por falta de educação... há falta de educação porque somos assim...

Porém é esta mesma esterilidade de ação que se infere da contemplação da nossa história que irá ditar nossas conclusões finais frente à verdadeira origem de toda essa situação, apontando-nos dedutivamente o caminho a seguir dentro de nossa atividade educativa.

O que diz a História

Nossa história educacional começa, afirmam os mestres, com a pregação dos Jesuítas, cuja obra tem sua máxima expressão em José de Anchieta e seu trabalho de catequese cristã do índio.

Silenciam, porém, os mesmos mestres, no elogio à missão dos discípulos de Loyola, sobre as causas verdadeiras da pregação jesuítica na América, que não poderiam ser senão a luta pelo alargamento do domínio terreno da Igreja, em que pesasse a pureza e a abnegação de alguns dos seus apóstolos.

A Igreja Romana, que já então se vira na contingência de esquecer o cristianismo na sua pureza original e se voltara à conquista do poder temporal, de braço dado ou em luta com o absolutismo dos governos reinantes da época, encontrara na Península Ibérica campo próprio para os seus ideais de expansão. Aí se instala a Companhia de Jesus; aí se instala o Santo Ofício e daí partem as grandes figuras da cristianização dos povos coloniais que as necessidades econômicas européias iam submetendo pouco a pouco.

A descoberta do continente americano e, logo após, a do Brasil trouxeram novas perspectivas a esses anseios, principalmente depois que se criaram dificuldades à dominação do Oriente e o eldorado peruano e o diamante, o ouro e a lenda da prata no Brasil aguçaram a cobiça dos conquistadores. Um zelo inesperado pela colonização da nova terra agita então os monarcas portugueses... e começa o martírio nefando do silvícola: "Martirizavam com inaudita crueldade às raças autóctones, destruídas a ferro e fogo com a colaboração do fanatismo religioso; trouxeram-nos os europeus o alcoolismo, a varíola, a sífilis, a tuberculose, a febre amarela..." (Afrânio Peixoto).

A Companhia de Jesus teria que colaborar na obra, porém em seu próprio benefício e, por isso, a luta entre os interesses do reino e do Jesuíta em breve se desencadeava violenta, pois o governo português, já inteiramente escravizado pelo capitalismo tentacular da Inglaterra, tinha como única preocupação forçar a maior canalização possível do ouro brasileiro para a sua poderosa "aliada".

E nesse choque de interesses violentos, agravado pela agressividade natural da terra, apesar do otimismo de Caminha, e que constitui toda a história do Brasil colônia, não é de admirar que só medrassem, corno planta exótica, os "colégios" jesuítas. dos quais Luiz Vilhena dos Santos informa:

No tempo em que existiam os extintos jesuítas, incumbidos então de todas as escolas menores, tanto em Portugal como por todos os seus domínios, havia nos gerais do colégio desta cidade (Bahia) sete classes em que se instruía a mocidade não só da capital, mas de todas as vilas da capitania e seus distritos, e dela tiravam aqueles religiosos a escolha para a sua religião. meio de que se serviam para introduzir-se na direção das famílias e governos das casas, fossem as suas vistas quais fossem. Na primeira das sete mencionadas classes se ensinava a gramática portuguesa, desta passavam os meninos a aprender, na segunda, os primeiros rudimentos da língua latina, estudava-se sintaxe e sílaba na terceira classe, da qual passavam para a quarta, onde aprendiam construção da mesma língua e retórica, tal qual se ensinava. Na quinta matemática, na sexta filosofia e na sétima teologia moral.

Gramática, latim, retórica, matemática, filosofia, teologia e moral, evidente programa de formação de instrumentos de elite para perpetuação do poderio da Igreja Romana.

Nesse ambiente, a reação de Pombal teria que resultar inútil.

E nada se decidiu pela educação popular da colônia... porque não havia necessidade de decidir, porque havia o interesse supremo de mantê-la na mais absoluta ignorância para que sua exploração se fizesse com todo êxito e tranqüilidade.

A Educação no Brasil Império

O paradoxo da independência do Brasil feita por um príncipe português assediado por um grupo de intelectuais formados em Coimbra, pouco poderia melhorar as condições da educação do povo, visto como as causas profundas persistiram, apesar da mudança de rótulos.

Foi portanto inteiramente inútil o lirismo de alguns campeões do "pão do espírito" para o povo, de um liberalismo Impossível, com base na escravidão e na desorganização econômica que nos caracteriza ainda hoje como país colonial que não deixamos de ser.

As lamúrias se sucedem sem comover ninguém: "um povo bem educado é quase sinônimo de povo livre, bem governado e rico; e o mal educado é igualmente sinônimo de povo desgraçado, pobre, sujeito ao jugo do despotismo. O Brasil não pode ser feliz enquanto não for educada a mocidade brasileira". As diatribes parlamentares não impressionam porque a massa Ignorante não as compreende:

[...] o ensino oficial oferece ainda esse triste espetáculo de anomalia e desordem que assusta os espíritos mais intrépidos, porque nele contemplam o descalabro e a ruína moral do País. [...] E com verdadeira mágoa que me vejo obrigado a confessar que em poucos países a instrução pública se acha em circunstâncias tão pouco lisonjeiras como no Brasil. [...] O Estado não tem o direito de ser indiferente ao cultivo da inteligência popular. Não se empenham no amanho intensivo e extensivo desse patrimônio comum unicamente os interesses locais. As mais altas conveniências, as mais imperiosas necessidades e os mais sagrados direitos nacionais estão envolvidos nessa questão.

E Rui Barbosa, no seu tão celebrado parecer de 1882, procura galvanizar a questão com aquela retórica que lhe caracterizou sempre a ação pública:

O ensino público está à orla do limite possível a uma nação que se presume livre e civilizada; é que há decadência em vez de progresso; é que somos um povo de analfabetos e que a massa deles, se decresce, é numa proporção desesperadamente lenta; é que a instrução acadêmica secundária oferece ao ensino superior uma mocidade cada vez menos preparada para o receber; é que a instrução popular, na corte como na província, não passa de um desideratum; é que há matéria sobeja para nos enchermos de vergonha e empregarmos heróicos esforços para uma reabilitação, em bem da qual, se não quisermos deixar em dúvida a nossa capacidade mental ou os nossos brios, cumpre não recuar ante sacrifício nenhum; não só porque de todos os sacrifícios possíveis não haveria um que não significasse uma despesa e proximamente reprodutiva, como trata-se aqui do nome nacional num sentido mais rigoroso, mais sério, mais absoluto do que o que se defende nas guerras à custa de dezenas de milhares de vidas humanas roubadas ao trabalho e centenas de milhões arrancadas, em compensação, aos mais esterilizadores de todos os impostos.

Literatura, literatura da mais alta linhagem que impressionaria o filho da terra., se soubesse ler...

E por sobre tudo isso, a atitude contemplativa do imperador D. Pedro II, a reclamar, sistematicamente, em todas as falas do trono, o pão do espírito para o seu "povo muito amado". E foi nessa beatitude que o problema da escravidão negra veio surpreendê-lo e os imperativos econômicos que lhe deram causa derribaram-lhe da cabeça a coroa semi-secular, com uma semcerimônia e "injustiça" que ele nunca pôde compreender...

E o caudilhismo, vício continental que aqui aparecia como "questão militar", aliado ao positivismo de importação, fizeram a República, que não chegou a realizar ainda os sonhos de seus promotores.

O que fez a República

Desorganizada inteiramente a produção nacional pela libertação do braço escravo, recebeu o novo regime essa herança, de par com a absoluta incultura da massa e sobre esses escombros sonhou erguer uma democracia que teve como única expressão a Constituição de 1891, padrão de glória de um grupo de estadistas tocados do fogo sagrado de um idealismo inoperante.

O reajustamento econômico do País ao novo estado de coisas foi tentado pela cúpula. com o regime dos empréstimos escorchantes que em breve nos atirava à dura realidade de satélite dos capitalismos das grandes potências e a reorganização da produção se apoiou na imprevidência da monocultura sem esforço, agravada por uma valorização artificial que só podia conduzir aos desastres sucessivos da borracha e do café.

E em educação popular a cegueira, correlativa a essa situação. continuou...

A criação do primeiro Ministério da Instrução Pública foi também o primeiro ludíbrio da República, que o fez e o extinguiu. atendendo a razões de uma política de interesses pessoais.

Daí em diante, nada fez o governo central de orgânico e consistente, pelo que todos os seus responsáveis não se cansavam de repetir em discursos, plataformas, relatórios, mensagens. ser a pedra fundamental de uma democracia – a educação popular – e em breve, preocupados apenas com a perpetuação de uma casta dirigente, evitavam cuidadosamente tomar conhecimento de como estava sendo tratada a massa – o povo – nos seus anseios de compreender um regime que lhe repetiam, a cada passo, ser o regime do povo e para o povo.

Pelo instinto natural de autoconservação, essa situação só tendia a se agravar cada vez mais, pois essa elite, dentro em pouco, empregava todos os meios para ser a única a usufruir as delícias enganosas dos recursos de uma finança sem base, roída pela desorganização do trabalho e à mercê, inevitavelmente, da ganância do capitalismo internacional.

Interpretações cerebrinas daquela mesma Constituição que viera trazer a alforria do povo, puseram, bem depressa, o governo central a salvo dos grandes incômodos que lhe daria o empenho sincero de estimular um plano sério de educação fundamental.

Só lhe interessava o ensino que visava a formação dessa pseudo-elite – o secundário e o denominado superior – e esses vieram sofrendo todas as vicissitudes imagináveis até se reduzir ao que são hoje: um negócio, quanto ao secundário, protegido e estimulado por um Ministério de Educação que ainda não cumpriu suas finalidades, e um conglomerado inorgânico de cursos que outorgam diploma e anel em três ou quatro profissões privilegiadas, tudo com a denominação pomposa de Universidade.

Ao lado disso, o que seria risível se não fosse um escárnio ao suor dos que trabalham, vêm as mensagens de todos os governos fazendo coro com um grupo de indivíduos ingênuos, clamando pela instituição imediata, generalizada e obrigatória de um ensino profissional, como medida de salvação pública, concretizada até agora. em cada Estado, numa ridícula escola de aprendizes artífices, e, na Capital, numa escola normal-profissional que até hoje não conseguiu definir seus objetivos.

Ensino profissional para os outros... Universidade do Trabalho-engodo para que a massa continue dócil e lisonjeada a produzir para os da outra Universidade, que com o diploma e o anel não contraem nenhuma obrigação de trabalhar... Programa belíssimo de uma democracia liberal... Programa de funerais...

Tentativas

Dentro desses quadros de desorganização e inconsciência, alguma coisa apreciável feita em matéria de educação pública deve-se apenas a circunstâncias de ordem meramente pessoal.

Coincidências, acasos, têm colocado, nesse quase meio século de regime republicano, à frente de algumas repartições de educação, homens que, conscientes do problema, têm feito esforço imenso para deixarem alguma coisa de consistente.

Nenhum tem, porém, conseguido seguir linhas retas de execução: acima deles, a elite dirigente se entrededora, obrigando-os a sinuosidades, a vai-e-vens que, se não inutilizam totalmente o esforço, equipara a obra tentada aos lugares comuns de uma máquina administrativa especializada em servir àquela luta pelas posições de mando, o que dissolve tudo o que é essencial, tirando a organicidade que é o característico primordial de qualquer plano, máxima de um plano de educação.

E assim, olhados de cima, na execução, cada plano desses se assemelha a uma cidade flagelada pelo enxurro de uma inundação que deixa perceber apenas, aqui e ali, as cúpulas de audácias arquitetônicas impossíveis...

Afrânio Peixoto e Medeiros e Albuquerque com dificuldade conseguiram deixar assinalada sua passagem pela Diretoria de Instrução do Distrito Federal.

Azevedo Sodré, também no Distrito Federal, elaborou, entre outras coisas, uma reforma completa de ensino profissional fadada a nunca se cumprir.

Sampaio Dona, em São Paulo, tinha necessidade de sair a público a refutar aleivosias contra medidas elementares que pôs em prática.

Lourenço Filho, chamado ao Ceará, percebe claro o problema da região e deixa, como o marco mais notável de sua passagem por lá, O Joazeiro do Padre Cícero.

Lisímaco Costa, no Paraná, não pôde levar avante os planos que traçara.

Anísio Teixeira, na Bahia, obrigado por honestidade pessoal a se tornar um técnico de educação, tem que aguardar alguns anos para conseguir. fora de sua terra, ambiente sofrível para por em ação sua capacidade.

Carneiro Leão, no Distrito Federal, luta com o próprio executivo para fazê-lo entender, em vão, alguns planos de reformas inadiáveis, e acaba desistindo e tentando apenas a renovação de alguns métodos.

E na mais profunda de todas essas tentativas, a reforma Fernando de Azevedo, em 1927- 1930, no Distrito Federal, 80% do esforço despendido o foi em reprimir injunções e intromissões de elementos que não se conformavam e não se conformam em ver o aparelho de educação subtraído à possibilidade de servir a manejos inconfessáveis.

Prestigiado como nenhum outro pelas autoridades supremas, municipal e federal, teve, não obstante, que arrancar, a golpes de habilidade e de energia, dos legislativos municipal e federal, a lei que deu ao Distrito a liderança incontestável do movimento educacional do País.

E apesar da rara capacidade e honestidade pessoal do autor e executor do grande plano, ficou exposto às retaliações violentas de elementos que, reprimidos em suas pretensões ou colocados em seus verdadeiros lugares, não obstante os títulos de que indevidamente se muniram, por um paradoxo, aliás,

bastante explicável em movimentos político-militares, como os de 1930, sobrenadaram, arvorando-se em censores onde não podiam ser senão réus.

Iniciador de uma verdadeira consciência educacional que se irradiou em breve por todo o País, propulsionando reformas em quase todos os Estados, sofreu todo esse movimento um verdadeiro colapso em 1930, entregue que ficou a Nação às lutas das várias facções que, perplexas diante da vitória imprevista, não conseguiram e não conseguem se entender sobre os rumos a imprimir ao que denominaram a República Nova.

E novamente o fenômeno secular se repetiu...

Lourenço Filho, em São Paulo, traça novos planos que não pôde executar.

Anísio Teixeira, no Distrito Federal, atenua a rigidez da técnica com todo uni trabalho administrativo no sentido de desvencilhar-se dos obstáculos que a cada passo a entram.

Fernando de Azevedo, em São Paulo, decreta um código de educação fadado a ser incompreendido na prática por seus sucessores.

E por aí a fora, se Minas consegue relativa continuidade em iniciativas interessantes, e Pernambuco, por acaso, vai realizando qualquer coisa de aproveitável, tudo o mais continua no mesmo, senão recuando.

Tudo confirmando à sociedade a impossibilidade de reformas educacionais sem base numa sólida estrutura econômica, o que vale dizer, mia organização do trabalho livre, que faça da educação uma verdadeira necessidade social, sentida de baixo para cima.

Iniciativas Particulares

Paralelamente aos últimos anos desse descalabro, se deve assinalar o aparecimento de uma entidade que tem tido uma atuação destacada no panorama educacional do País – a Associação Brasileira de Educação. Nasceu do idealismo apostolar de uma alma pura – Heitor Lira da Silva. Assim traçava ele os objetivos da obra:

Quando há pouco mais de ano (1924) fundamos em grupo mais reduzido a Associação Brasileira de Educação, moveu-nos principalmente a certeza a que todos tínhamos chegado de que, por maior que seja a sua boa vontade, nunca conseguirão os nossos governos, como não o conseguem em parte alguma do mundo sem o concurso da iniciativa particular, resolver quer em quantidade, quer em qualidade, esse grande problema nacional. Pareceu-nos, então. como nos parece hoje. que não é possível continuar a adiar indefinidamente tantas questões de tão grave importância que estreitamente se relacionam com a solução de semelhante problema.

Em síntese pois: a Associação aspira constituir-se em órgão legítimo da opinião das classes cultas, pronta a colaborar em perfeita harmonia com os governos e aplaudir-lhes os acertos, mas capaz também de falar-lhes de frente, de apontar-lhes, quando necessário, os erros e as lacunas de suas leis de educação e de ensino e de defender vigorosamente nesse terreno os grandes interesses do Brasil.

Dez anos de vida foram suficientes para reduzir esse belo sonho às proporções possíveis dentro das nossas implacáveis realidades.

As conferências nacionais da educação, uma das iniciativas essenciais da Associação. têm sido excelentes ocasiões para que se estreitem relações entre pessoas que se desesperam na mesma obra, ficando as teses, sempre de assuntos graves e inadiáveis, como pretextos inócuos.

Na penúltima dessas conferências falou a Associação mais uma vez "de frente" ao governo, dizendo-lhe, em resposta à sua solicitação expressa, o que pensavam os mais destacados técnicos nacionais sobre o "magno problema da educação". O governo ouviu... e respondeu-lhe com o "notável" capítulo do anteprojeto da nova Constituição: "Da família e da educação"...

E hoje a Associação Brasileira de Educação serve apenas de refúgio a todos os técnicos legítimos que possuímos e que se vêm na contingência comovedora de trocar, entre si, os frutos de suas elucubrações e experiências, por falta de ambiente onde exercê-las.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova

Como iniciativa particular ainda é preciso assinalar o aparecimento do manifesto dos pioneiros da educação nova sobre a reconstrução educacional no Brasil – mais um grito enérgico "ao povo e ao governo" sobre os destinos que os aguardam se se obstinam em não querer olhar de frente para este problema de importância tal que "nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional".

Escola leiga, obrigatória, única, ativa e progressista... complexo demais para ser entendido pelos governos...

E o povo, coitado, o povo, que só sente a predominância dos problemas econômicos na hierarquia de todos os que o atormentam, não chegou sequer a perceber que lhe atiravam essa tábua de salvação, talvez porque aquela mesma primazia dos problemas econômicos não lhe permitiu ainda sair de uma situação que a estatística oficial (1931) informa com simplicidade:

Em mil brasileiros de idade escolar (7 a 14 anos):

513 não vão à escola;
110 matriculam-se, mas não vão à escola;
178 freqüentam só o primeiro ano;
85 vão até o segundo ano;
84 vão além sem concluir o curso;
30, apenas, terminam o curso.

Este, em resumo, o histórico do problema educacional do Brasil, traçado em pinceladas largas, que dizem no entanto das cores reais em que ele é visto por todos os que verdadeiramente o querem ver. E é aqui, dentro dessas circunstâncias, que se desenvolve a educação no Estado do Rio e onde ainda se conta a tentativa de reconstrução que nele se processa à custa do esforço inicial de um homem, desconhecido da família dos pioneiros da educação – Celso Kelly – isolado primeiramente, logo depois unido a nós, que para aí fomos chamados a formar a seu lado, através de um concurso que, além de ser a afirmação de uma diretriz, representou uma grande oportunidade para quantos se dispusessem a auxiliá-lo eficientemente no seu plano de ação.

Mais uma tentativa, uma grande tentativa que nos dá hoje também o direito ou nos impõe o dever de nos dirigirmos "ao povo e ao governo" para dizermos o que pensamos do problema, do "magno problema".

O Ambiente do Estado do Rio de Janeiro

O ambiente onde labutamos já há cerca de um ano, inicialmente, se fossemos querer deduzir das primeiras impressões, seria quase hostil: alguma agitação em torno da forma e essência do concurso que nos tornara inspetores de ensino do Estado e mais a discussão interpretativa dos textos legais existentes sobre a matéria, feita publicamente, nos teriam dado, no momento de iniciarmos a nossa nova atividade, a idéia falsa de estarmos trabalhando em terreno infenso a qualquer ação que partisse de nós. Cedo, porém, estimulados pela autonomia que nos era garantida pela clarividência da direção geral do ensino, caminhamos, no exame objetivo dos fatos, para a conclusão de que iríamos agir em urna atmosfera fundamentalmente de indiferentismo e descrença. Compreendemos mesmo ter sido essa a razão primordial que teria induzido o então diretor geral do ensino a renovar o aparelhamento e sistema de inspeção escolar, o que seria a base natural sobre a qual iria repousar toda a reforma que o Dr. Celso Kelly intentava realizar no panorama educacional do Estado.

Indiferença e descrença. Isto porque de há muito se ressentia a Diretoria de Instrução de uma organização técnica capaz de resolver problemas de ordem educacional.

Bem verdade é que o que se passava aqui não era senão a repetição fiel de uma prática tradicional nos fatos administrativos de toda a Nação, como vimos. No domínio da técnica, as realizações no Brasil sempre se contaram isoladas, brotando de indivíduos, pois que, dentro de um ambiente liberal e democrático por definição, não se pode de boa fé excluir as injunções políticas como as naturais ditadoras das diretrizes administrativas. Políticas, no sentido de jogo desordenado de ambições, de entrechoque de interesses, aparentemente desligados da própria vida da sociedade, mas realmente expressão de luta da livre concorrência mantida entre si pelas classes dominantes.

Se essa era e é ainda a situação brasileira, a situação fluminense se lhe avantajava, dada a particularidade de ter sido o Estado do Rio a unidade federativa que mais sofreu, em 88, com a abolição do trabalho escravo.

A província fluminense foi a província dos grandes dias do Império; o negro dócil que lavrava a terra das grandes propriedades assegurava a solidez de fortuna dos que ditavam leis ao Brasil, garantindo a estabilidade do trono imperial.

Com a abolição, que teve como conseqüência a República, toda a estrutura econômica e financeira do País e, mais particularmente, a do Estado do Rio, onde havia maior número de negros nos trabalhos agrícolas, entra numa fase de completo dismantelo sem que a República Liberal Democrática tentasse a sua reconstrução.

E a história republicana fluminense é conseqüentemente a história de uma crescente desorganização administrativa, brotando dos interesses em luta das classes dominantes falidas.

Se uma vez por outra se percebe o esforço isolado de um homem na conquista da ordem, sua obra é sempre tão durável quanto sua trajetória política.

Se essa foi a vida republicana fluminense, também foi em linhas gerais a da República Liberal Democrática Brasileira: a política dos grandes proprietários em insolvência, imprimindo orientação aos destinos administrativos da comunidade.

Dentro pois da repartição técnica feita desse modo, para servir a uma sociedade que assim a faz, só uma coisa é uniforme: a atrofia do espírito técnico, a ausência de iniciativas que não obedeçam às necessidades dos que podem impor no momento a sua vontade, dando como consequência o predomínio da burocracia.

Porque em uma repartição técnica, só a continuidade de ação que obedeça a um plano prévio de trabalho é capaz de ser fecunda em realizações. Quando ela é criatura de uma sociedade individualista, feita de homens que se combatem, ela só pode ser um amontoado de desconchavos, de avanços e recuos, sem outra finalidade e utilidade senão a que se explica pela sua própria existência tão somente.

E a Diretoria de Instrução do Estado do Rio não poderia escapar à fatalidade dessa situação de fato. Vivendo de si mesma e para entretenimento de sua própria vida, era uma repartição burocrática como outra qualquer.

Uma ou outra iniciativa, que se pudesse contar, deveria naturalmente morrer no lugar comum dos interesses pessoais, quer com preferências no que dizia respeito ao corpo do magistério, quer na adoção de livros didáticos ou material escolar, quer na localização, compra e locação de prédios para estabelecimentos de ensino.

Tudo porque feito sem medida, sem ordem, sem plano: feito para ser desfeito.

E a existência de uma direção para uma repartição que assim se mantivera só pode ser compreendida como fazendo coro com essa anarquia administrativa. As atitudes de um diretor deveriam ter ficado naturalmente restritas ao campo das simples transferências de pessoal, pelo simples prazer de um emprego de atividade, à criação e extinção graciosas de escolas, reduzindo tudo ao domínio passageiro de sua vontade, na consagração dos interesses dominantes da política municipal, estadual ou central.

Não havia, pois de que nos admirarmos ante a indiferença e descrença que nos traduzia o ambiente onde íamos trabalhar.

Mais ainda: essa indiferença e descrença seriam então as resultantes lógicas das dificuldades morais e materiais em que labutava o próprio pessoal do ensino, criadas pela evidente ausência de diretriz afirmativa dos maiores responsáveis pela vida educacional no Estado. E absolutamente evidente que onde não há garantias de direitos para o magistério, onde não há uma norma inflexível de seleção dos valores reais na carreira do professor, há falta de iniciativa, há desânimo, há descaso, há indolência entre os que se fizeram educadores de profissão. Acrescente-se ainda o fato dos parcos vencimentos que percebe esse professorado para se sentir em toda a sua plenitude a justificação da sua indiferença e da sua descrença em face de tudo o que partisse da administração do ensino.

E essa anarquia administrativa ainda se havia feito fortemente sentir no abandono progressivo do problema da for-inação do magistério pelos estabelecimentos oficiais e equiparados. Esse o seu aspecto mais grave e que maiores danos deverá ainda oferecer à solução do problema educacional no Estado.

Erros sedimentados pelo tempo, pela repetição, pela ausência de estímulo; disparidade de regime, de programas, de normas de conduta para organismos visando o mesmo fim, que era o da formação de mestres para todo o Estado; ausência de conforto, de instalações próprias, carência de material didático, sem fiscalização e orientação técnicas, na maioria dos casos entregues os estabelecimentos oficiais ao arbítrio de uma direção não renovada e irrenovável, esses institutos de educação normal tornam-se pois, não há dúvida, os responsáveis diretos pela carência do número de professores existente no Estado do Rio, pela sua heterogeneidade de cultura, pela sua deficiência de formação que os leva à situação de desadaptados ao meio rural, ao ambiente do hinterland fluminense, motivando a aceitação fatal e indispensável, por parte da direção do ensino, do magistério leigo.

Indiferença e descrença eis o que encontramos e deveríamos evidentemente encontrar.

Essa a situação alarmante da repartição do ensino no Estado do Rio, sofrendo o que sofria, com diminutas variantes, o aparelhamento técnico-administrativo da República. Tudo isso resultando da luta anárquica pela conquista do poder das classes dirigentes do País, historicamente desorganizadas na sua economia.

Mais ainda: a descontinuidade de ação diretora em face dos verdadeiros problemas nacionais havia subido a uma cristalização que se expressava na tradição dos seus processos, com normas bastardas fixamente reconhecidas por todos como fatalidades inexoráveis, numa suprema continuidade de ação na desordem. Este estado de coisas dominava a vida do anemiado organismo nacional, num determinismo contra o qual a reação representava a morte moral, política e social. Daí mesmo a quase impossibilidade na vida nacional das afirmações individuais de reação. Cedo ou tarde elas teriam que se integrar no espaço estreito das contingências políticas, como única forma realmente eficiente de garantir situação propícia para satisfação de ambições de mando ou de realizações superiores.

Esse era o arcabouço de fato que veio porém a ser de certa forma quebrado pela revolução de 30.

Não que esse movimento seja sequer de longe a expressão de uma revolta profunda que radicalmente procurasse desfazer o panorama político-social do País, numa tentativa de substituição por um regime mais consentâneo com o pensamento moderno da sociologia científica. Despida inteiramente desse caráter, a revolução outubrista continuou sendo um índice do descontentamento latente que trabalha a consciência do brasileiro, lutando dentro de uma sociedade que não sabe o que quer nem para onde vai. Revolução em superfície, feita pela elite, sem raízes na massa anônima dos quarenta milhões de homens que aqui se arrastam, o movimento democrático-liberal de 1930 contra a política liberal democrática dos quarenta anos de República, veio permitir porém que surgissem mais livremente, aqui ou ali, onde houvesse por quaisquer razões maior descalabro financeiro, econômico e administrativo, os valores individuais.

De ambiente estagnado e viciado pelo hábito das atitudes acomodatórias e fórmulas rígidas e rigidamente defendidas pelos interessados, muda o cenário para o terreno de movimento, agitado muitas vezes pelas improvisações que se substituem no ensaio e no erro, visando por fim ao próprio movimento, numa aspiração de retorno à estagnação rotineira que o precedeu.

Valores novos ainda não em uso por contingências antigas, valores antigos que se renovam, eis pois o que pode permitir a revolução política de outubro, confessadamente política em seus meios e fins por alguns responsáveis e já hoje reconhecidamente política por todos, participantes e não participantes.

Ao Estado do Rio, estaria reservada pois a oportunidade de assim reerguer-se da convalescença crônica de sua desorganização econômica e administrativa. Mais onerado que qualquer outra unidade federativa pelos juros de seus repetidos empréstimos, que o corroíam, escravizando-o ao banqueiro estrangeiro, vendo a morte lenta de seu trabalho agrícola e industrial, a sua máquina burocrático-administrativa, inútil e parasitária, só poderia lucrar com a quebra nacional do padrão político.

E assim realmente foi: a sucessão dos fatos leva ao governo fluminense um homem da envergadura moral do atual interventor, cuja atuação, brotando de sua probidade e justiça, sem favor algum, não merece comparação com o que dantes se fez pela vida do Estado.

Aquinhoodo o Estado, por acaso, com esse governo honesto, depois de algumas vicissitudes pós-revolucionárias, teve esse governo bastante clarividência para verificar que havia uma questão antes de todas: sair do caos econômico e financeiro em que mergulhara o Estado, desde que a abolição da escravidão desamparara a produção medieval das grandes fazendas. Isolado e sem poder ir às últimas conseqüências, vai despendendo esforço desproporcionado aos resultados colhidos, sem ser mesmo provável que possa prosseguir.

Por acaso, como sempre, vem então se colocar à frente da Diretoria de Instrução do Estado o Dr. Celso Kelly que, ao invés de improvisar obra pessoal, numa rara penetração, liga-se ao grupo dos técnicos nacionais já consagrados, que o acolhem com entusiasmo. Procura então ver claro na confusão inicial e, amparado pela energia serena que emanava da Secretaria de Estado dos Negócios Interiores, traça um plano de ação.

O fato já de um diretor técnico, de uma repartição técnica do governo do Estado do Rio, definir-se por um plano prévio de ação, na execução do qual teria necessariamente de fazer tarefa impessoal, despida de sentimentalismo interesseiro, é mesmo o argumento mais ponderável para a justificação da frase pitoresca de um de nós no Congresso de Educação do Ceará: "a história da educação do Estado do Rio divide-se em dois períodos – o primeiro que vai da descoberta do Brasil até Celso Kelly e o segundo de Celso Kelly até nossos dias".

Antes, o que havia era simplesmente a ação empírica, desconexa, que, não podendo ocultar a existente cronificada do descalabro em que definhava o organismo educacional fluminense, atacava sintomas, quando a intenção era boa, agravava sintomas, quando já não existisse o menor interesse pelas questões de ensino. Depois, a ação condicionada por um programa sintético, fruto da observação dos fatos, ditado pelo conhecimento científico da pedagogia atual, o que vinha colocar a repartição técnica encarregada da educação no Estado em um terreno onde sempre deveria ter permanecido.

Sentimo-nos perfeitamente à vontade para assim nos pronunciarmos: Celso Kelly já deixou de ser Diretor da Instrução.

E é por isso mesmo que se voltam tardiamente as críticas contra o plano educacional por ele elaborado, quando não há mais margem para que alguém se iluda quanto à satisfação de seus interesses pessoais, o que é mesmo uma das características mais banais da nossa vida política.

Dizemos tardiamente porque foi ele elaborado às claras, sob as vistas de todos que quisessem dele ter conhecimento, como nós mesmos o fizemos, sendo os estudos da organização do aparelho escolar, do professorado, da inspetoria técnica, das instituições complementares da escola, expostos em gráficos no Liceu de Humanidades da capital do Estado, quando era mais intensa a curiosidade pública por esses assuntos, na ocasião em que se reunia em Niterói a V Conferência Nacional de Educação e se realizava o concurso para provimento dos cargos da inspetoria técnica do ensino.

Por esses gráficos se antevia logo o arcabouço da escola socializada, única, de sentido regional, completado com a iniciação profissional. A matéria havia sido exposta em gráficos pelo desejo mesmo de se verificar a reação do meio.

E a publicação do plano de reconstrução educacional deu ensejo ao apoio incontestado dos educadores que então aí se reuniam para a elaboração de uma magna carta de educação para todo o País, tais como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho e outros, para citar somente os profissionais de maior evidência no ambiente educacional da Nação, o que integrava o Estado do Rio, definitivamente, no movimento brasileiro de renovação escolar.

Mais ainda: em uma das sessões de janeiro de 1933, já estruturado um plano de ação, foi este aprovado pelo Conselho de Educação Fluminense.

Não pesará portanto o argumento de que parte da imprensa da capital do Estado combateu o ex-diretor de instrução durante mesmo sua permanência no cargo. Ninguém desconhece os intuitos menos legítimos que quase sempre inspiram as críticas que visam atingir pessoas e não idéias. Elas não poderão pesar em face da opinião do órgão técnico encarregado de aquilatar da justeza da ação da diretoria, o Conselho de Educação do Estado do Rio.

O Plano de Reconstrução Educacional do Estado do Rio

Em suas linhas gerais o plano de ação idealizado pela então Diretoria de Instrução, inspirado nas conclusões indubitavelmente autorizadas da V Conferência Nacional de Educação e referendado de uma forma expressiva pelo Conselho de Educação Fluminense, pode ser sintetizado nos seguintes itens:

1. A educação não se limitará às escolas primárias comuns para crianças, porquanto, além de ser necessária nos diversos graus, precisa estender-se a adultos que não mereceram até hoje nem o ensino elementar de letras nem qualquer preparação técnica para o trabalho. O item primeiro do plano estabelece as quatro grandes esferas de ação:
 - a) educação comum sistemática para gerações novas;
 - b) educação especializada para débeis e defeituosos;

- c) educação intensiva destinada aos adultos analfabetos;
- d) educação emendativa dos delinqüentes.
2. A progressão em três graus: o elementar, com a iniciação profissional; o secundário, com a preparação profissional; o universitário com a especialização profissional, para correspondente formação do aprendiz, do obreiro e do mestre, no campo normal do mecânico e no domínio da atividade profissional em geral.
3. A educação integral do indivíduo em respeito às suas aptidões e de conformidade com as necessidades regionais, assentando a estrutura da educação na organização do trabalho.
4. A transformação de todas as escolas em centros permanentes de atividade e a ampliação da ação educacional, a partir das instituições pré-escolares.
5. A socialização absoluta da escola, com as organizações complementares e a prática do trabalho.
6. O livro, a imprensa, o cinema e o rádio como fatores de divulgação.
7. A localização racional das escolas, atendendo-se à distribuição de população, às condições de climas, ao acesso em geral, à rede de transportes e à situação econômica da região.
8. A formação do professorado e a segurança da carreira do professor.

O Desenvolvimento do Plano

Se outras vozes mais autorizadas já se pronunciaram com simpatia em relação a esse programa, não pretendemos nós aqui discuti-lo, de vez que a nossa colaboração na sua execução demonstra evidente concordância com os objetivos visados pela Diretoria do Ensino.

O que se deve acentuar é o fato da existência de um plano educacional onde antes nada havia de sistemático. Completo ou incompleto, bom ou mau, representou o papel de uma iniciativa deliberada para ordenar aquilo que se apresentava esparsamente em confusão.

Por isso mesmo não assiste o direito de crítica àqueles que sempre viveram identificados com a situação anterior e com os processos que a caracterizavam.

As idéias gerais que se contêm nesses oito itens, representativos do plano de reconstrução educacional, não podem ser postas de lado, sem que se conclua a sua inexecutabilidade na prática. A confirmação de seu acerto demanda necessariamente tempo.

A injúria, o ataque pessoal, a calúnia e as medidas de engodo, disfarçadamente dissolventes, não poderão agir em sentido contrário à realização progressiva desse plano de construção. Se os reacionários agora se levantam num desejo afanoso de derrubada do que se fez nesse início de ação, onde o material que apresentariam para substituir o que já está? Quais as garantias morais e científicas dessa substituição intempestiva? Em que sentido novo ela iria caminhar para justificação de um abandono da diretriz traçada, depois de um esforço de execução ponderavelmente eficiente?

Não se compreenderia nunca um retorno ao regime caótico do passado sem que se tivesse levado ao fracasso integral o cumprimento dessa experiência, inegavelmente fundamentada no conhecimento científico da matéria educacional.

A apreciação de seus resultados será para mais tarde, pois a experiência apenas começa.

Os impedimentos graves que estorvam a sua marcha normal somente serão atenuados nos seus efeitos negativos por urna vontade sólida de persistir na luta.

De um lado é a escassez de recursos financeiros indispensáveis à sua realização. O Estado do Rio passa neste momento por uma fase de reconstrução econômica que permite somente um mínimo de despesa para a renovação escolar, apesar da interventoria reconhecer a educação como serviço público inadiável. Disso deu provas tanto ao se tratar do aumento de vencimentos do magistério, assim mesmo muito aquém das suas necessidades mais comezinhas, como ao acolher com simpatia a solução, ainda em estudos para a capital do Estado, do problema predial, herança administrativa das mais espinhosas.

Por outro lado, a complexa desorganização burocrática da Diretoria da Instrução, já atacada por uma reforma mais ou menos radical. A criação do Departamento de Educação e Iniciação ao Trabalho impôs-lhe deveres novos dentro de um novo espírito: organizou o serviço de instituições complementares da escola, os serviços de propaganda pelo cinema e pelo rádio, museus e bibliotecas e os serviços de música e canto orfeônico; remodelou mais eficientemente a seção de estatística; deu nova forma à repartição de arquivo, sobretudo no que se refere ao almoxarifado, de modo a racionalizar a distribuição do material escolar.

É ainda dentro desse espírito que se fundamenta a reforma da Inspetoria Geral do Ensino, que de repartição estritamente fiscalizadora, sem qualquer eficiência técnica, transforma-se em uma entidade orientadora do ensino, traduzindo já, por parte da diretoria, uma diretriz de renovação do aparelhamento escolar. Para tanto, a seleção dos seus componentes se fez através de um curso homogêneo, longo, entregue à proficiência reconhecida de profissionais de mérito, que permitiu a escolha fatal de um corpo de inspetores com identidade de formação, ficando entregue a função fiscalizadora ao corpo de auxiliares de inspeção, membros do magistério permanentemente em ação em cada município do Estado. E a substituição dos componentes antigos da Inspetoria explica-se logicamente pelas novas funções que se atribuíu a essa seção do Departamento de Ensino, funções especializadas que não poderiam ficar a cargo de quem não teria sido selecionado com essa intenção.

Que a função meramente fiscal da Inspetoria não tinha qualquer significação eficiente para o ensino, a estatística aí está sobejamente demonstrativa.

Daí, fiscalizar o que? Se esses números gritantes nos dizem da falência do sistema, que desejamos nós com a visita contínua e feita pitorescamente, segundo o hábito, de improviso, às escolas que já de antemão sabemos improdutivas, inúteis e até prejudiciais, uma vez que, exercendo o seu papel simplesmente alfabetizador das massas, realizam uma drenagem do para a cidade, onde o espera a desorganização Incontestemente do trabalho industrial do Estado do Rio?

Movimento das Escolas Públicas do Estado do Rio de Janeiro

Matrícula e frequência em 1932 e 1933

Matrícula por Série					
Ano	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série
1932	57.108	10.211	3.752	1.388	671
1933	58.469	10.864	4.293	1.559	837
Frequência por Série					
Ano	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série
1832	38.850	7.558	3.024	1.083	639
1933	41.797	7.778	3.373	1.278	701

A predominar esse papel fiscalizador da Inspetoria de Ensino, melhor seria não tentar coisa alguma tendente a uma renovação escolar, pois que equivaleria a um suicídio da parte da administração técnica do Departamento de Educação e Iniciação do Trabalho.

De fato, a reforma da Inspetoria Geral do Ensino traduziu bem esse ponto de vista. A sua regulamentação revela bem que a nossa função precípua seria dar orientação ao ensino no Estado dentro dos preceitos da pedagogia atual.

A Ação da Inspetoria

Essa a nossa função, essa a nova função da Inspetoria do Ensino.

Para isso nos dispusemos à tarefa árdua, contornando o obstáculo natural que se nos deparava e que era e é a grande, a maior justificativa dessa campanha: o conflito das Idéias novas com a descrença do professorado frente a qualquer iniciativa oficial em assuntos de ensino, dada a deficiência administrativa e técnica da Diretoria de Instrução.

Partindo-se do princípio, evidente por si mesmo, de que não há reforma educacional sem reforma do magistério, a própria orientação prática do ensino dentro desses novos desiderata teria necessariamente que ser retardada, como o foi, para que se despertasse e se criasse, nesse magistério heterogêneo pela diversidade de suas fontes de origem e preparo, uma consciência educacional primária, capaz de auxiliar-nos numa orientação especializada.

E o nosso trabalho passou a ser o da propaganda intensa dos conhecimentos teóricos e práticos necessários à compreensão dos novos ideais em que se fundamenta a pedagogia científica.

Enquanto isto, elaborava-se pacientemente a reforma do ensino normal, já terminada, aliás, assentando-o em bases mais consentâneas com a sua finalidade, pois que o que existia e existe ainda é uma trama desalinhada de "matérias" seriadas, sem intenção nem expressão. Estudava-se um plano mais eqüitativo e razoável de distribuição de escolas. Fundavam-se e reorganizavam-se caixas escolares. Estimulava-se a criação de "Círculos de Pais e Professores". Institua-se o quadro do magistério pré-escolar. obrigando-se as instituições fabris à manutenção de creches para filhos de operários. Abria-se concurso para provimento dos cargos de diretora de duas "escolas de saúde", de montanha e de praia. Estudava-se a reforma do ensino profissional. E, além de tudo, concluía-se o trabalho do que iria representar para o magistério a garantia de sua estabilidade, de seu esforço, de seu valor, de seu progresso

na profissão: o projeto que Instituiria oficialmente a carreira do professor em normas seletivas mais lógicas, 'mas honestas, menos sujeita a intromissões políticas.

De uma parte, portanto, procurou-se atacar o mal pelo cerne, com a transformação radical que se pretendia levar a efeito, no que diz respeito ao ensino normal, fonte donde provirão as mestras do futuro; de outra parte, visou-se o magistério atual, em plena atividade de funções, através de uma propaganda de idéias novas, dando-se oportunidade, tanto quanto possível, a todos, para que delas tivessem conhecimento e delas participassem.

O que foi essa propaganda é do conhecimento de todos.

Iniciando-se por uma fase puramente de agitação, de onde pudesse brotar uma curiosidade de interessados nos problemas educacionais, teve os seus prolegômenos na própria V Conferência Nacional de Educação, reunida em Niterói, e no longo curso que selecionou os atuais inspetores de ensino.

A conferência regional de Barra do Piraí, que contou com a presença do secretário de Estado Dr. Stanley Gomes, e a conferência regional de Campos, à qual compareceram, ativamente solidários com os novos rumos que se pretendia traçar à educação do Estado do Rio, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Francisco Venâncio Filho, Edgard Sússekind de Mendonça, Armanda Alvaro Alberto e outros, deram ensejo a que se processasse urna modificação inicial na atitude do magistério fluminense, em torno das iniciativas oficiais que diziam respeito ao ensino.

O fato mesmo de, nessas conferências regionais, os assuntos mais diversos terem sido tratados sem qualquer preocupação sistemática, foi fator determinante para que o próprio professorado solicitasse, espontaneamente, a satisfação de sua curiosidade aguçada, pela ministração de cursos mais metodizados. E assim teve começo a segunda fase dessa pregação: a fase de generalização.

Obedecendo-se ao princípio de que se deveria iniciar pela exposição de generalidades, a maioria dos inspetores teve ocasião de fazer em localidades de sua região um apanhado de um Educador sintético do assunto, encarando os fundamentos biológicos, psicológicos, sociais e históricos da transformação escolar.

A unidade de vistas que presidiu a programatização desses cursos diz bem da obra em comum que estávamos realizando, apesar da absoluta autonomia de ação que nos era garantida pela direção geral do ensino.

Evidentemente que os três grandes centros populosos do Estado – Niterói, Campos e Barra do Piraí – possuindo vida própria, agrícola ou industrial, deveriam merecer esforço mais intensivo de propaganda. Assim realmente se fez em relação à capital, onde a Inspeção Geral, aliada à Inspeção Regional, nunca deixou de se manter ativa, e em relação a Campos, para onde foram destacados vários inspetores, para se atender às partes distintas de um curso de mais de mês e meio de duração. Infelizmente, no que diz respeito a Barra do Piraí, contingências fortuitas obrigaram-nos a adiar a realização de um curso geral para o presente ano letivo.

Ao lado, porém, dessas séries de cursos, versando sobre generalidades, cuidou-se de objetivar progressivamente os assuntos educacionais, nos meios onde se havia conseguido relativamente o suficiente para se passar a aplicação.

Além disso, a necessidade da criação de um magistério especializado para o ensino pré-escolar, determinou que se abrissem dois cursos para a seleção de candidatas, o primeiro em Niterói, o segundo em Campos, com programas idênticos. Submeteram-se essas candidatas a provas, ao fim de cada uma das três partes em que se dividia a matéria: biologia educacional, psicologia da criança pré-escolar e higiene e cultura.

A freqüência a esses cursos de grande número de elementos, estranhos mesmo à sua finalidade, e o número de candidatas bem colocadas nas escalas da classificação é, seguramente, um índice de sua eficiência.

Dentro desse espírito de especialização, já se havia iniciado mesmo o curso metódico de música e canto orfeônico, entregue à reconhecida competência de D. Ceição de Barros Barreto.

O Curso de Férias

Ao chegarem as férias escolares, a exemplo do que se adota em outros países de organização mais adiantada, procurou-se dar margem a que o professorado fluminense, em massa, acorrendo de todos os pontos do Estado a Niterói, na vizinhança, portanto, de um grande centro, como o da capital da República, onde há mais o que aprender do que na pitoresca vila do interior, pudesse desfrutar as vantagens de uma cultura geral, não exclusivamente de assuntos pedagógicos, mas de matérias afins e indispensáveis à boa compreensão daqueles. Curso de extensão cultural portanto, com finalidade de exercício intelectual, de atualização de conhecimentos, tratou-se nele de sociologia geral, história, arte, literatura, fisiologia humana, higiene e puericultura. Continha esse programa, porém, como coroamento da parte geral, os cursos de especialização em educação física, música, canto e artes plásticas.

Também aí o elevado número de professores matriculados, apesar da não obrigatoriedade dessa matrícula, a freqüência apreciável às várias ordens de preleções e o comparecimento notável às provas de exame, constituem o índice mais significativo de que as coisas haviam mudado inteiramente. A atitude do professorado já era outra, pois que a sua indiferença e descrença se haviam transformado em espírito de abnegação e sacrifício, demonstrativos à saciedade de interesse e entusiasmo pela causa da educação do Estado do Rio.

Os dias vividos por nós nesses cursos de férias já nos dizem bem do resultado eficiente de nosso trabalho de um ano.

Não importa, absolutamente, que vozes isoladas, não autorizadas, se levantassem, numa exacerbação de interesses menos elevados, a por em dúvida essa eficiência. O fato de se pretender dar um valor prático à freqüência e às provas desses cursos em geral, para a carreira do professor no Estado, enquanto não se pudesse exigir propriamente um trabalho pedagógico verdadeiramente útil nas escolas, além de traduzir a linha reta de ação que seguimos, não poderia senão oferecer vantagens aos elementos moços de idéias, a quem tivesse realmente valor e o demonstrasse pública e notoriamente. Isto, por certo, deveria irritar reacionários que apegados à tradição e ao preconceito, viam fugir de suas mãos o falso prestígio que desfrutavam dentro da profissão, pelas bases falsas em que este se assentava.

Nada disso importa; se contingências aleatórias operam o triunfo aparente de um ou outro elemento dessa natureza, resta-nos a consciência tranqüila de um dever cumprido dentro de um traçado imparcial de atividade e a solidariedade do contingente verdadeiramente aproveitável do magistério fluminense.

Essa luta é expressão do próprio movimento social que estamos vivendo, na conquista de melhores dias para a comunidade.

A Matéria da Pregação

a) Os fundamentos psicológicos da transformação escolar

Nossa maior preocupação, quando nos dirigimos ao professorado fluminense através de cursos, palestras ou conferências, era deixar bem claro que todo esse movimento que, há alguns anos, em todo o mundo, vem levantando uma crítica severa à velha organização escolar, impondo-lhe uma "renovação", não é fruto de um simples espírito de novidade, que tivesse atingido de súbito os indivíduos responsáveis pela questão.

É que dos fins do século passado para cá, uma ciência que até então se debatera nas incertezas de um empirismo estreito, ampliava seus horizontes, graças aos trabalhos de um grupo de pesquisadores ilustres.

Com efeito: a psicologia, desvencilhando-se das roupagens teológicas e metafísicas antiquadas, constituía-se em ramo da biologia e, como tal, forçava a revisão completa dos fundamentos da educação.

A princípio, numa fase que poderemos chamar teológica,

[...] quando se considerava a alma humana apenas como parte do espírito divino, inspirado ao barro feito homem, careceu de toda a razão de ser dedicar-se à sua investigação qualquer atenção especial. A teologia vinha prover de explicações suficientes tal assunto; com a doutrina do pecado original, de onde partia, e da culpa hereditária que se inferia daí, ficava caracterizada sua orientação nesse assunto (Otto Rühle).

Em seguida, a filosofia especulativa, baseando-se somente em abstrações mentais, pouco adiantou à psicologia.

Os primeiros dados que permitiram interpretação mais justa dos fenômenos psíquicos só foram obtidos quando se puseram de lado preconceitos sem fundamento e estes fenômenos foram submetidos a uma crítica científica.

Assim perderam os fenômenos psíquicos o seu halo místico para se enquadrarem num conceito geral de manifestações de vida – a Biologia.

Urna das conseqüências imediatas, dessa nova maneira de encarar esses fatos, foi a revisão dos conceitos sobre o psiquismo infantil.

A criança era antes considerada como um ser imperfeito. um adulto em miniatura, um homunculus. Essa fase, sem finalidade própria, deveria passar o mais depressa possível, sem nenhum respeito, ao contrário, sempre condenada. Daí toda uma pedagogia de imposição de fórmulas adultas, de

repressão. de compreensão. para que o ajustamento ao modelo adulto se fizesse nas melhores condições possíveis.

Era o ensino de autoridade, do programa imposto, que redundava na memorização; era a disciplina de coerção que deformava mentalmente, produzindo os tímidos e os revoltados.

Violentava-se a mentalidade infantil, impondo-lhe idéias que nunca lhe poderiam ocorrer. Falsos preconceitos faziam negar as explicações que eram oportunas, porque solicitadas pela criança. Impunham-se, por exemplo, dogmas religiosos, desrespeitando a unidade psicológica da criança, porque são abstrações discutíveis que não podem ser compreendidas na idade infantil; escondiam-se conhecimentos primordiais para a vida do indivíduo, como os que dizem respeito às questões sexuais, apesar de interessarem as crianças, o que é provado por suas indagações a respeito.

A psicologia moderna vem demonstrando a improcedência de todos esses conceitos e provando a perfeita unidade e autonomia de cada fase do desenvolvimento humano. E o que Claparède diz, com a clareza e a simplicidade que o caracterizam, quando estabelece a sua lei da autonomia funcional: A criança não é, considerada em si, um ser imperfeito. E um ser adaptado às circunstâncias que lhe são próprias: sua atividade mental é apropriada às suas necessidades e sua vida mental constitui uma unidade."

A escola, instituição criada para servir de ambiente ao desenvolvimento do homem num determinado período, tinha de sofrer, em seus métodos e processos de tratar a criança, as transformações ditadas por esses novos conceitos.

A criança não mais como um meio, mas como um fim em si mesma. A personalidade infantil aceita, respeitada, ouvida, não mais ignorada ou conscientemente reprimida. A frase de John Dewey é típica: "ratase de uma transformação, diz ele, que se compara com a de Copérnico em nosso sistema planetário" Não é mais o adulto, com os seus interesses, a sua ciência, a sua sociedade, quem governa a escola; mas a criança, com as suas tendências, os seus impulsos, as suas atividades e os seus projetos (Anísio Teixeira).

Acresce que, paralelamente à evolução dos conceitos sobre o psiquismo infantil, se desenvolve também uma nova teoria da aprendizagem, impondo a transformação, em outros aspectos, da organização escolar.

Aprender significou durante muito tempo simples memorização de fórmulas obtidas pelos adultos. O velho processo catequético de pergunta e resposta é um exemplo Impressionante disto. Decorar um livro era aprendê-lo. Mais tarde começou-se a exigir que se compreendesse o que era decorado. Um passo a mais foi exigir do aluno que repetisse com palavras próprias o que se achava formulado nos livros. Não bastava decorar, não bastava compreender, era ainda necessária a expressão verbal pessoal – então sim, estava aprendido o assunto. A nova psicologia veio provar não ser isso suficiente. Aprender é alguma coisa mais. Fixar, compreender e exprimir verbalmente um conhecimento não é tê-lo aprendido. [...] Aprender significa ganhar um modo de agir (Anísio Teixeira).

Mas como qualquer ação é sempre uma resposta a estímulos internos ou externos, o verdadeiro ato de aprender fica condicionado a dois fatores: "uma situação real de experiência" e o "interesse" de quem aprende.

E sobre essas novas bases psicológicas se vem processando toda a transformação escolar, exigindo do professorado cada vez mais clara consciência de todos esses problemas. o que demandará um estudo acurado e constante do conteúdo teórico e prático de todos esses conceitos.

Tal a significação de grande parte dos cursos, palestras e conferências que fizemos, tão impiedosamente criticados por quem não pode ou não deseja sair do comodismo de urna pedagogia com 50 anos de atraso.

b) Os fundamentos sociais da transformação escolar

Por outro lado, também foi nossa preocupação justificar a pregação renovadora frente a considerações de ordem sociológica.

A preocupação mundial, atualmente verificada, em torno dos fatos sociais e que de certa forma, aliás, imprime direção ao pensamento do nosso século, dia a dia, fornece à sociologia maiores credenciais de ciência, tornando-a passível de estudo através de métodos experimentais. Os fundamentos sociais de uma renovação escolar, portanto, são bastante concludentes para que não se possa acoirar a pregação que encetamos no domínio educacional do Estado de simples obra de improvisação pessoal imaginosa e sectária.

Com efeito: se todo o organismo social se transforma como organismo que possui um processo de vida; se o conceito de transformação é inerente ao conceito expresso pelo termo sociedade: se, além disso, ainda, sociedade implica educação. pois que dentro de uma sociedade os homens se interinfluenciam, se intermodificam na sua conduta, tendendo a uma interadaptação, se intereducam, portanto, independentemente da consciência do meio no sentido de educá-los; se educação é, pois, um fenômeno de vida da própria sociedade e não alguma coisa acrescentada a ela; e se num todo, como o conjunto social, em que as suas instituições são integralizadas numa relação de estreita independência, as modificações por que passe esse todo forçosamente irão interessá-las também., ao órgão especializado dentro da sociedade para reforçar a ação educativa do meio, intencional e sistematicamente – a escola – deve caber toda uma escala de transformações sucessivas, em correspondência com as mudanças gerais do meio social que lhe dá vida e para o qual ela vive.

E assim de fato foi.

A comparação entre a sociedade antiga e a atual traça o esquema dessa transformação.

Antes era a família gregária, fechada no seu feudo, com escassas relações com os outros feudos, dada a dificuldade material das comunicações, egoístas, bastando-se a si própria no concernente às necessidades naturalmente estreitas do grupo que a compunha, diluídas as atividades empiricamente pelo reduzido número de seus componentes, sob o comando supremo de um chefe que enfeixava em suas mãos todo o arbítrio jurídico e político que a regia.

E entre essas atividades, que constituíam prerrogativas essenciais desse grupo familiar, contava-se a de instruir e educar os filhos menores. Para a sociedade a que se destinavam, bastava às crianças um conhecimento rudimentar de coisas e fatos, pois que a técnica, que traduzia a produção do grupo, seria aprendida naturalmente no decorrer do próprio ritmo de vida desse grupo, dentro do qual estavam integradas.

Porém, ao esforço inicial do homem, no sentido de melhor dominar as forças naturais, facilitando-lhe a conquista das matérias-primas necessárias à sua subsistência, corresponde a primeira etapa de transformação que sofre essa sociedade nesse primitivismo, que teve, aliás, a sua expressão entre nós no que foi a família dos tempos do Brasil-colônia.

E a máquina, como o resultado da aplicação do conhecimento científico às coisas da vida, em pouco modifica completamente a sociedade.

Cada uma das atividades que se encontravam dissolvidas no seio dos elementos de que se compunha o núcleo familiar anterior cria corpo e se destaca, constituindo-se em atividade essencial e típica de um determinado grupo de profissionais.

É que, às necessidades dessa nova sociedade, já não bastava a produção dispersa e inferior daquele reduzido conjunto social primitivo. Por isso a facilidade das comunicações colocou mais próximos, uns dos outros, todos aqueles núcleos isolados, intensificando, portanto, as relações de produção. E os resultados da produção pela máquina levam a sociedade a acelerar cada vez mais o desenvolvimento das forças produtivas materiais. E a transformação social passa a ter um caráter permanentemente acelerado.

As possibilidades de vida do homem, frente a um sempre novo estado de coisas, cresceram vertiginosamente, numa progressão geométrica.

E esse homem torna-se pequeno demais para, em face da sociedade enorme que se criara, não dividir o trabalho por toda essa mesma sociedade. E a divisão de trabalho se impôs e se fez. Cada um no seu mister, restringindo o campo normal de sua atividade para ser fecundo, para garantir a sua eficiência nele.

E a máquina, nas suas mais variadas modalidades, dá nome às mais variadas indústrias.

Notem a diferença: o homem não se representou mais pelo núcleo familiar do qual fazia parte, mas pela profissão que exercia no concerto social.

Se aquela organização do grupo social antigo perde o sentido de ser, em face das novas necessidades sociais, é ainda porque a máquina, criatura do homem, também transforma, também cria um novo homem, modificando a sua atitude em face da vida. Porque o homem que transformou a sua vida material e, por conseguinte, social e moral, aplicando o conhecimento científico à resolução do seu problema de subsistência, habituou-se às próprias fecundas possibilidades dessa aplicação da ciência à vida, dadas as próprias fecundas realizações que ainda estão reservadas à máquina.

E a característica essencial do homem moderno, do homem da civilização da máquina, é a atitude científica que ele mantém em face das coisas.

Antes de afirmar ou aceitar qualquer verdade que se lhe quiser impor, o homem moderno ensaia, experimenta, reconstrói a experiência e só aceita e afirma quando, seguramente repousado na experimentação científica, sabe o porquê de sua afirmação. Antes ele era quase um fatalista, supersticioso e crente, submisso e assustado, descrente de sua força. Hoje ele conhece o seu valor como homem e luta sabendo o que quer, sabendo que pode mudar as coisas e, porque pode e quer, assumindo a responsabilidade integral de sua vontade, conhecendo da segurança de sua atitude.

Um homem novo surge, portanto, dentro de uma nova sociedade que se afirma, dia a dia, em marcha para uma sociedade futura, caracterizada pela divisão racional do trabalho e, em consequência, pela mais estrita interdependência entre os homens. Isto redundará necessariamente em maior coesão, maior solidariedade entre esses homens, dando margem a que todos, extintas as castas e classes que hoje os dividem e se combatem entre si, tenham oportunidade igual para se afirmarem como valores sociais.

Qual porém o papel da escola nesse conjunto? Que transformações sofreu ou deveria sofrer em face dessa transformação social, material e moral?

Educar é preparar para a vida. Portanto, toda a ação educativa da comunidade tem esse caráter e a escola, órgão educador por excelência, órgão de educação intencional e sistemática, que traduz, mais que qualquer outra instituição educativa, uma intenção de educar, condicionando essa intenção a um sistema prévio, a escola só pode e deve ser um órgão de reforçamento e sistematização da ação educativa da comunidade.

Em resumo: a função da escola é mais do que nunca preparar para a vida, porque uma consequência primordial da transformação social que vivemos é o enfraquecimento da ação educativa do lar e da comunidade em geral.

A escola deve suprir esta ação. Este enfraquecimento se dá pelas razões expostas, isto é: a divisão do trabalho pela superindustrialização: a complexidade social crescente: a atitude científica do homem moderno em face da vida. A escola, portanto, tem que ser parte da própria sociedade, viver de acordo com o seu ritmo de vida e nunca ignorar esse ritmo ou ir contra ele, procurando conhecer da vida da sociedade para a qual ela prepara os homens, proporcionando a esses futuros homens as condições de vida que eles irão encontrar, ensinando-os a resolver os problemas da vida da sociedade, habituando-os a sentir esses problemas, tornando-os aptos a enfrentá-los, tornando-os, em suma, capazes de viver como irão eles realmente viver.

Mais do que nunca é preciso que a criança sinta, na escola, a vida em toda a sua plenitude.

Assim sendo, a escola não pode ter mais o papel de suplemento educativo, contentar-se em fornecer uma série maior ou menor de informações mais ou menos dogmáticas, de conhecimentos mais ou menos esparsos, de noções episódicas, que teriam, mais tarde, ocasião de ser aplicados na prática. Não; a escola, hoje, em função do que é a sociedade moderna, deve reproduzir para a criança a própria vida, para ensiná-la a viver, porque, é óbvio, só vivendo é que se aprende a viver.

Ora, se a criança se educa vivendo; se os meios de educação integral falharam na sociedade moderna, e se a escola está naturalmente destinada a substituí-los, há necessidade de reorganizar a escola e transformá-la no que diz respeito ao seu antigo sistema de disciplina e lições.

É preciso trazer a vida para a escola, para que nela a criança se eduque, vivendo plena e integralmente.

Além disso, como vimos, a nossa civilização se caracteriza por um impulso de transformação constante e progressiva, erigindo essa própria transformação em alvo de sua arrancada para o futuro, dado o campo ilimitado que se reserva à experimentação científica.

A escola tem, portanto, de educar a criança para essa sociedade que se transforma assim vertiginosamente, dentro do sentido dessa própria transformação, fornecendo-lhe, além de maior cópia de informações, de conhecimentos de aplicação prática, uma capacidade inicial de crítica, para que ela, criança, por si, saiba discernir dentro da própria complexidade da vida, saiba pesar e medir as coisas, sem desrespeito à sua própria personalidade, saiba ter em face das coisas uma atitude Imparcial, desapaixorada, científica.

Sim, porque a escola pretenderá reproduzir as condições de vida do conjunto social.

A escola dos nossos dias terá que seguir essa trilha.

Em função da interdependência entre os homens, que é expressão cada vez mais característica da civilização de nossos dias, dada a sua progressiva industrialização, a escola deve criar o hábito do trabalho em comunidade. Ninguém mais no mundo dos educadores nega o valor do trabalho em grupo. onde se exercite desde cedo a solidariedade social como uma expressão legítima, porque necessária, da vida de nossos dias: o que se impõe é o exercício efetivo dessa solidariedade e não a sua pregação como preceito teórico de moral.

Além do trabalho em comunidade, consequência imediata da interdependência entre os homens da nossa "grande sociedade", a escola deve traduzir o respeito à personalidade da criança, dando a todas idêntica oportunidade para que se afirmem como valores sociais, dando a cada uma o máximo de direção própria, entregando a cada uma a responsabilidade na solução dos seus próprios problemas, acostumando a criança a esse sentido de independência e direção que lhe permita participar com eficiência da vida em comum.

A escola, assim, tem que ser um lugar onde cada criança viva plena e integralmente nas manifestações de sua personalidade, colaborando com os seus companheiros. Tem que ser uma escola que atenda às necessidades naturais de cada comunidade, que se adapte às exigências naturais de cada região. Tem que ser moldada de acordo com tudo isto e não moldada previamente como coisa uniforme.

Escola ativa, escola progressiva, socializada, escola única!

Conclusões

Esta é, pois, a matéria da pregação que encetamos há já um ano no Estado do Rio, como inspetores do ensino.

Dirigindo-nos ao magistério do Estado, tivemos, pois, em mira a formação renovada de mestres para a escola que pretendíamos erguer no território fluminense.

Há, porém, um sentido mais amplo nessa pregação.

Para que isso se verificasse, a nossa pregação teve, conscientemente, de alargar-se para além do âmbito estreito de uma pura renovação escolar e ir até o ambiente social onde a escola se contém.

Porque a expressão da verdade é a seguinte: a renovação escolar não pode ser realizada integralmente sem a revisão da estrutura econômica da sociedade atual, capitalista, a qual corresponde uma consciência social incompatível com a escola científica.

Dentro dessa sociedade onde a livre concorrência na produção de mercadorias gera o problema da mão-de-obra barata, levando à exploração do trabalho escravo do homem pelo homem; dentro dessa sociedade que morre, hoje, no mundo todo, no último quartel de vida que lhe resta - a democracia liberal - sob a carga já inútil dos seus milhões arrancados à miséria alheia; dentro dessa sociedade, qualquer plano puro de renovação educacional falhará, por não servir aos seus interesses supremos de dominação da massa em benefício de uma minoria parasitária e improdutiva.

E é por isso que a história educacional do Brasil se conta pelos avanços e recuos das oportunidades individualizadas; é justamente por isso que ela se expressa pela frase de Afrânio Peixoto: "Discute-se, não se decide", isto é, não se produz. E porque não houve possibilidade de produzir realmente; porque toda a possibilidade deve estar necessariamente condicionada aos interesses, em conflito, das classes em minoria que dominam e que, portanto, governam, legislam e julgam.

E é por isso que as iniciativas puramente técnicas são deformadas pelas injunções mesquinhas da politicagem, é por isso mesmo que os esforços em prol de uma reorganização educacional em qualquer parte do Brasil se acabaram sempre subordinando ao interesse sectário da política dominante, federal, estadual ou municipal.

Esse o fundamento da falência de qualquer plano educacional, visando a comunidade brasileira liberal democrática.

Onde a possibilidade dentro de uma sociedade dessa ordem para a prática educativa da solidariedade social, se, fora da escola, há escravos e escravizadores, dominantes e dominados?

Quais as garantias morais de um regime escolar que pretendesse a todos oportunidade igual para se afirmarem como valores sociais, quando a própria sociedade que o comporta fundamenta-se no parasitismo de uma elite inexpressiva sobre a massa que lavra a terra ou movimenta a máquina?

Que se pode esperar do ensino público que seja prerrogativa de um Estado formado ou influenciado por essa elite dominante?

Escola ativa, progressista, socializada, única; pública, obrigatória gratuita, mista e leiga... belíssimo programa, mas não para urna democracia, liberal por definição e capitalista de fato... porque incompatível com a sua própria vida, principalmente no Brasil...

E é por isso mesmo que nós, dentro da nossa propaganda, não nos limitamos a uma revisão de métodos de ensino, nem ficamos na pregação das idéias doutrinárias que geraram esses métodos.

Tivemos a coragem de dizer claro à sociedade fluminense que a renovação que propúnhamos estava muito mais fora da escola do que dentro da escola; dependia muito menos da compreensão que sobre o assunto pudesse ter o mestre do que da consciência social que possuísse a massa laboriosa do Estado do Rio.

E só nesse sentido continuaremos, integrados que estamos no pensamento da alta administração do Estado.

Temos a consciência tranqüila pela certeza de que estamos na verdadeira trilha que nos levará a uma renovação escolar, que essa é a nossa função técnica.

Ao nosso lado forma quem quer; não coagimos ninguém. pela razão clara de que não nos interessa o número e sim o estado de ânimo dos que desejam cooperar conosco em uma obra que não nos pertence, que a ninguém pertence, porque ela faz parte integrante do pensamento do nosso século.

Notas

¹ Pascoal Lemme - Memórias de um Educador. Disponível em: http://baseddp.mec.gub.uy/Documentos/Bibliodigi/Paschoal_Lemme_vol4
Acesso em: 30/12/2015.

² Inspetor Geral do Ensino

³ Inspetor de Ensino Normal

⁴ Inspetor de Ensino Normal

⁵ Inspetor de Ensino Normal

⁶ Inspetor de Ensino Primário e Profissional

⁷ Inspetor de Ensino Primário e Profissional

⁸ Inspetor de Ensino Primário e Profissional

⁹ Inspetor de Ensino Primário e Profissional

¹⁰ Inspetor de Ensino Primário e Profissional

¹¹ Inspetor de Ensino Primário e Profissional

¹² Inspetor de Ensino Primário e Profissional

¹³ Inspetor de Ensino Primário e Profissional

¹⁴ Inspetor de Ensino Primário e Profissional